

Dele, de Mim, de Nós: Narrativas de vida e cultura na diáspora Libanesa-Curda

Bruno Roque Younes¹

Resumo

As memórias migratórias são um campo que compreende dinâmicas de deslocamento humano e a construção de processos identitários que delas emergem. Essas experiências não só relatam mudanças geográficas, mas também revelam rupturas, resistência e (re) construção cultural dos indivíduos, configurando-se como dispositivos de inscrição subjetiva e coletiva em contextos históricos marcados por conflito, violência ou busca por melhores condições de vida. Ao serem narradas, essas trajetórias elaboram sentidos para a perda, o pertencimento e a reconstrução de vínculos, permitindo à História Oral captar nuances das temporalidades vividas e dos afetos que sustentam a experiência migratória. Nesse sentido, pensar as memórias migratórias é também interrogar as fronteiras simbólicas que definem identidades, territorialidades e os regimes de historicidade que atravessam o tempo presente. A partir deste contexto, a trajetória de um migrante libanês-curdo acometida pela Guerra Civil Libanesa (1975-1990) propõe uma reflexão sobre as memórias migratórias. A narrativa centra-se na experiência de deslocamento do meu pai, filho de uma libanesa e um curdo, que migrou em busca de sobrevivência e reconstrução de vida, inserindo-se em um contexto social e cultural profundamente distinto do seu. O estudo, fundamentado na metodologia da História Oral, busca compreender como as experiências de ruptura, pertencimento e reinvenção identitária são elaboradas e transmitidas por meio da oralidade, constituindo não apenas memórias individuais, mas também um legado coletivo de resistência e adaptação. Ao dar centralidade à voz do sujeito migrante, pretende-se tensionar os silenciamentos históricos que, muitas vezes, relegam essas experiências ao plano marginal da historiografia tradicional. Nesse sentido, o trabalho insere-se no esforço de problematizar as múltiplas formas de deslocamento, voluntário, forçado, transnacional, e suas implicações sobre identidade, memória e territorialidade. A análise destaca a maneira como, diante da guerra, da violência e da desagregação social no Líbano, o ato de migrar se configura como uma estratégia não apenas de sobrevivência, mas também de afirmação cultural e de resistência simbólica. O migrante reelabora suas narrativas de pertencimento, conciliando a memória da terra natal com as exigências de integração em um novo espaço. Essa dinâmica evidencia a complexa relação entre memória, identidade e mobilidade, marcada por tensões entre continuidade e ruptura, lembrança e esquecimento. A pesquisa dialoga, assim, com debates sobre as dimensões epistemológicas da História Oral no tempo presente, enfatizando sua potência para captar experiências situadas e plurais em meio às urgências contemporâneas. Num cenário global em que migrações e deslocamentos continuam a ser fenômenos centrais e controversos, refletir sobre trajetórias individuais torna-se um gesto ético e político, capaz de iluminar as tramas de pertencimento e exclusão que atravessam as sociedades. Dessa forma, este estudo busca contribuir para o entendimento das memórias migratórias como um campo fértil para pensar identidades em trânsito, fronteiras móveis e processos de resistência cultural, reafirmando a História Oral como ferramenta crítica na compreensão das urgências do presente.

Palavras-chave:

Memórias migratórias; História Oral; Diáspora; Identidade; Exílio

¹ Mestrando em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville.

1. Introdução

Os deslocamentos humanos constituem um fenômeno recorrente na história das sociedades e assumem diferentes significados conforme os contextos históricos, políticos e culturais em que se produzem. Migrações motivadas por conflitos armados, crises econômicas, perseguições étnicas ou religiosas e transformações estruturais dos Estados nacionais têm marcado profundamente o século XX e o início do século XXI. Apesar dessa centralidade, as experiências migratórias nem sempre recebem tratamento aprofundado no campo historiográfico, sendo frequentemente abordadas a partir de perspectivas quantitativas ou institucionais, que tendem a secundarizar as trajetórias individuais.

Este artigo parte do entendimento de que a migração deve ser analisada como uma experiência social complexa, que envolve processos de ruptura, continuidade e reorganização da vida cotidiana. O deslocamento territorial implica alterações significativas nas relações familiares, nas práticas culturais, nas referências simbólicas e nas formas de inserção social. Nesse sentido, as memórias migratórias constituem uma fonte relevante para a compreensão dos modos pelos quais os sujeitos elaboram essas transformações ao longo do tempo.

A pesquisa centra-se na narrativa de vida de um migrante libanês-curdo, afetado pela Guerra Civil Libanesa (1975–1990). Trata-se da trajetória de meu pai, filho de uma mulher libanesa e de um homem curdo, cuja experiência de deslocamento ocorreu em um contexto marcado pela intensificação da violência, pela fragmentação social e pela condição histórica de minorias étnicas no Oriente Médio. A escolha dessa narrativa implica uma reflexão sobre a posição do pesquisador, que articula a escuta acadêmica com a proximidade familiar, exigindo atenção ética e rigor metodológico.

A metodologia adotada fundamenta-se na História Oral, compreendida como um campo de produção de conhecimento histórico que reconhece a legitimidade da narrativa, da subjetividade e da experiência vivida. Conforme apontam Portelli (1996) e Thompson (2002), a História Oral não se limita à coleta de depoimentos, mas envolve um processo interpretativo que considera os contextos de produção da memória e os sentidos atribuídos pelos narradores às suas trajetórias.

2. Memória, narrativa e História Oral

A memória tem ocupado lugar central nos debates historiográficos contemporâneos, especialmente a partir das transformações ocorridas no pós-Segunda Guerra Mundial, quando experiências de violência em larga escala colocaram em evidência os limites das narrativas

históricas tradicionais. Maurice Halbwachs (2006) foi pioneiro ao afirmar que a memória não é um fenômeno exclusivamente individual, mas um processo social, construído no interior de grupos que orientam aquilo que pode ser lembrado e transmitido.

“É na sociedade que o homem normalmente adquire suas lembranças, é nela que ele as evoca, as reconhece e as localiza. Mesmo quando se trata de acontecimentos ou experiências aparentemente pessoais, a memória individual se apoia sempre em quadros sociais da memória.” (HALBWACHS, 2006, p. 38).

Essa perspectiva permite compreender que as lembranças são organizadas a partir de quadros sociais da memória, nos quais valores, normas e expectativas coletivas influenciam a forma como o passado é narrado. A memória, portanto, não corresponde a uma reprodução fiel dos acontecimentos, mas a uma reconstrução orientada por referências sociais e culturais.

Paul Ricoeur (2007) amplia essa discussão ao enfatizar o caráter narrativo da memória. Para o autor, a narrativa é o meio pelo qual o sujeito organiza temporalmente sua experiência, conferindo coerência à própria trajetória. A memória narrada articula passado, presente e futuro, permitindo ao indivíduo situar-se historicamente.

“A memória não se limita a conservar traços do passado; ela os reorganiza em narrativas que articulam o antes, o agora e o depois, permitindo ao sujeito reconhecer-se como autor de sua própria história.” (RICOEUR, 2007, p. 106).

A narrativa, nesse sentido, constitui-se como mediação fundamental entre a experiência vivida e sua comunicação social, tornando possível a transmissão da memória para além do âmbito individual.

No campo da História Oral, essas reflexões adquirem relevância metodológica. Alessandro Portelli (1996) destaca que o valor das fontes orais não reside apenas na precisão factual, mas na interpretação que os sujeitos fazem de suas experiências. Elementos como emoções, silêncios e contradições são constitutivos da narrativa e devem ser analisados como parte do processo de atribuição de sentido.

“A diferença essencial entre a história oral e outras fontes não reside no fato de que uma seja mais verdadeira do que a outra, mas no fato de que a história oral nos diz não apenas o que as pessoas fizeram, mas o que pensaram que estavam fazendo e o que acreditam ter feito.” (PORTELLI, 1996, p. 67).

Paul Thompson (2002) ressalta que a História Oral contribui para a ampliação do campo historiográfico ao incorporar vozes tradicionalmente excluídas dos registros oficiais. Ao valorizar narrativas de trabalhadores, mulheres, migrantes e minorias étnicas, esse campo metodológico favorece uma abordagem mais plural do passado.

“A história oral transforma o conteúdo e a finalidade da história ao permitir que as pessoas comuns falem por si mesmas, ampliando o campo de análise histórica e questionando hierarquias estabelecidas de saber.” (THOMPSON, 2002, p. 23).

Assim, a História Oral consolida-se como um campo metodológico que reconhece a centralidade da memória narrada na compreensão dos processos históricos, especialmente daqueles marcados pelo deslocamento, pela exclusão e pela experiência migratória.

3. Migração, identidade e diáspora

A experiência migratória coloca em questão concepções essencializadas e estáveis de identidade, ao submeter os sujeitos a processos contínuos de deslocamento físico, simbólico e social. A migração implica a ruptura de referenciais anteriormente consolidados, exigindo a reorganização de práticas cotidianas, valores culturais e formas de pertencimento. Nesse contexto, a identidade deixa de ser compreendida como atributo fixo e passa a ser analisada como construção histórica, situada e relacional.

Stuart Hall (2011) contribui de forma decisiva para essa compreensão ao conceber a identidade como um processo, marcado por deslocamentos, negociações e recomposições. Para o autor, especialmente em contextos de migração e diáspora, as identidades são formadas a partir de identificações provisórias, produzidas na articulação entre passado e presente, entre memória e experiência social. O pertencimento, nesse sentido, não se ancora exclusivamente em um território de origem, mas se constrói na relação com múltiplos espaços e temporalidades.

“As identidades não são nunca unificadas e, na modernidade tardia, são cada vez mais fragmentadas e fraturadas; nunca são singulares, mas construídas de múltiplas maneiras, ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou se antagonizar.” (HALL, 2011, p. 108).

As diásporas podem ser compreendidas como formações sociais caracterizadas pela dispersão territorial e pela manutenção de vínculos simbólicos com a terra de origem. Esses vínculos não se limitam à lembrança de um lugar físico, mas envolvem a preservação de práticas culturais, línguas, narrativas familiares e sistemas de valores transmitidos ao longo das gerações. A identidade diaspórica estrutura-se, portanto, na tensão entre continuidade e mudança, articulando elementos herdados com experiências adquiridas no contexto de acolhimento.

A condição diaspórica também implica processos de adaptação e negociação cultural, frequentemente atravessados por assimetrias de poder. A inserção em novas sociedades ocorre, muitas vezes, em contextos marcados por desigualdades sociais, preconceitos e formas diversas

de exclusão. Essas experiências influenciam diretamente a maneira como os sujeitos elaboram suas identidades e constroem estratégias de pertencimento, seja por meio da integração parcial, seja pela reafirmação de referências culturais de origem.

Edward Said (2003), ao analisar a condição do exílio, destaca que o deslocamento produz efeitos duradouros sobre a vida social e cultural dos sujeitos. O exílio implica a reorganização das referências cotidianas e a necessidade de reconstrução de vínculos em contextos frequentemente hostis ou ambíguos. Embora marcado pela perda e pela descontinuidade, o exílio também se configura como espaço de reelaboração identitária, no qual a memória assume papel central.

“O exílio é estranhamente atraente como um pensar sobre a condição humana, mas é terrível como experiência real; envolve a perda irremediável de algo deixado para trás para sempre.” (SAID, 2003, p. 46).

No caso dos curdos, a experiência diaspórica apresenta especificidades históricas relacionadas à ausência de um Estado-nação e à recorrente marginalização política e cultural em diferentes países do Oriente Médio. A dispersão territorial e a condição minoritária reforçam a importância da memória e da oralidade como mecanismos de preservação identitária. A transmissão intergeracional de narrativas, práticas culturais e referências simbólicas desempenha papel fundamental na manutenção do sentimento de pertencimento, especialmente em contextos de deslocamento prolongado (ASSMANN, 2011).

4. A Guerra Civil Libanesa e o deslocamento forçado

A Guerra Civil Libanesa (1975–1990) configurou-se como um dos conflitos mais complexos do Oriente Médio contemporâneo, caracterizado pela sobreposição de clivagens sectárias internas, intervenções regionais e disputas internacionais. O colapso das instituições estatais e a fragmentação do território em zonas controladas por milícias produziram uma realidade na qual a violência deixou de ser episódica para tornar-se estrutural no cotidiano da população civil. Nesse cenário, os deslocamentos forçados assumiram centralidade, afetando de forma direta a organização social, territorial e simbólica do país.

Samir Khalaf observa que “a guerra civil libanesa não apenas destruiu cidades e infraestruturas, mas redes inteiras de sociabilidade que haviam sustentado a coexistência intercomunitária” (KHALAF, 2002, p. 201). O deslocamento forçado, nesse sentido, não foi um subproduto do conflito, mas um instrumento recorrente de controle territorial e de reengenharia demográfica. Bairros historicamente plurais passaram a ser ocupados por grupos

homogêneos, consolidando fronteiras sectárias rígidas onde antes havia circulação e convivência.

De acordo com Fawwaz Traboulsi, “o deslocamento interno tornou-se uma característica permanente da guerra, criando populações nômades dentro de um país que sempre se definiu pela fixidez comunitária” (TRABOULSI, 2012, p. 245). Estima-se que aproximadamente um terço da população libanesa tenha sido deslocada internamente ao menos uma vez durante o conflito, enquanto centenas de milhares buscaram refúgio fora do país, sobretudo na Síria, no Chipre e na Europa Ocidental.

O impacto do deslocamento extrapolou a perda física da moradia. A casa, enquanto espaço de memória e pertencimento, converteu-se em símbolo de ausência e ruptura. Ussama Makdisi destaca que “a violência da guerra civil corroeu a ideia de um Líbano compartilhado, substituindo-a por uma lógica de medo, exclusão e territorialização sectária” (MAKDISI, 2000, p. 178). O deslocamento, portanto, operou também no plano simbólico, desestabilizando narrativas históricas de coexistência e pluralismo.

No caso dos refugiados palestinos, já submetidos a sucessivos processos de deslocamento desde 1948, a Guerra Civil Libanesa aprofundou uma condição histórica de vulnerabilidade e marginalização. Edward Said observa que “o refugiado palestino vive não apenas a perda da terra, mas a permanente suspensão do pertencimento” (SAID, 1984, p. 49), condição que se intensificou no contexto libanês, onde os campos de refugiados tornaram-se espaços militarizados e alvos recorrentes de violência. Episódios como o cerco e o massacre de Tel al-Zaatar (1976) e os massacres de Sabra e Chatila (1982) evidenciam como populações já deslocadas foram novamente submetidas ao desenraizamento e à morte em larga escala.

Esses eventos revelam que o deslocamento forçado no Líbano operou de forma cumulativa e intergeracional, afetando não apenas indivíduos, mas comunidades inteiras ao longo do tempo. Conforme aponta a UNRWA, “os campos palestinos no Líbano tornaram-se espaços de deslocamento permanente, marcados pela precariedade, pela violência e pela ausência de perspectivas de retorno” (UNRWA, 2010, p. 7). Assim, o território libanês consolidou-se simultaneamente como espaço de acolhimento e de expulsão, reproduzindo ciclos contínuos de instabilidade.

Dessa forma, o deslocamento forçado durante a Guerra Civil Libanesa deve ser compreendido como um elemento estruturante do conflito, e não como um efeito colateral da guerra. Ele redefiniu paisagens urbanas, reorganizou pertencimentos comunitários e deixou marcas profundas na memória coletiva do país. Mesmo após o Acordo de Taif, em 1990, os

efeitos desses deslocamentos permanecem visíveis, indicando que a guerra, em termos sociais e simbólicos, segue inacabada.

5. Narrativa de vida, memória e resistência cultural

A narrativa de vida constitui um recurso metodológico central para a compreensão das experiências migratórias, pois possibilita acessar a forma como os sujeitos organizam, interpretam e atribuem sentido às suas trajetórias ao longo do tempo. Ao narrar sua história, o migrante seleciona acontecimentos, estabelece nexos entre passado e presente e constrói uma explicação possível para o próprio percurso, articulando experiências individuais às condições sociais mais amplas em que a memória é evocada e compartilhada.

No âmbito da História Oral, a narrativa é compreendida como fonte legítima de conhecimento histórico, capaz de revelar dimensões da experiência que não se encontram registradas nos documentos oficiais. Alessandro Portelli destaca que o valor do depoimento oral não reside exclusivamente na veracidade factual, mas nos significados atribuídos pelos narradores aos acontecimentos vividos.

Essa perspectiva permite compreender a narrativa de vida como espaço de elaboração simbólica, no qual perdas, deslocamentos e rupturas são reorganizados em uma sequência inteligível. Em contextos migratórios, essa elaboração assume importância particular, uma vez que o deslocamento tende a fragmentar referências anteriores e a exigir novos enquadramentos interpretativos para a continuidade da vida social.

Michel Pollak (1989) chama atenção para o fato de que a memória é atravessada por relações de poder, nas quais determinadas experiências são silenciadas ou relegadas à marginalidade nos discursos oficiais. As narrativas de migrantes, nesse sentido, contribuem para ampliar o campo da memória social ao registrar vivências frequentemente invisibilizadas, associadas ao deslocamento forçado, à adaptação em novos contextos e à reconstrução do cotidiano.

A experiência narrada no âmbito desta pesquisa evidencia como a memória do deslocamento se articula a estratégias de adaptação e reorganização da vida social. A reconstrução de redes de sociabilidade, a redefinição de práticas cotidianas e a preservação de referências culturais de origem aparecem como elementos recorrentes do relato, indicando processos de continuidade em meio às rupturas impostas pela migração.

Ao refletir sobre o testemunho de experiências marcadas pela violência e pelo deslocamento, Beatriz Sarlo destaca a dimensão ética da narração, ao permitir que experiências individuais sejam reconhecidas socialmente.

Dessa forma, a narrativa de vida do migrante pode ser compreendida como forma de resistência cultural, na medida em que afirma a legitimidade da experiência vivida e possibilita sua inscrição no campo da memória social. A oralidade atua como meio de transmissão intergeracional, permitindo que a experiência do deslocamento ultrapasse o âmbito individual e se integre às memórias coletivas, contribuindo para a preservação de identidades em contextos de mobilidade e dispersão territorial.

6. Considerações finais

O presente estudo buscou refletir sobre as memórias migratórias a partir da trajetória de um migrante libanês-curdo, articulando deslocamento forçado, identidade e narrativa de vida no contexto da Guerra Civil Libanesa.

Ao adotar a metodologia da História Oral, a pesquisa privilegiou a centralidade da experiência narrada, compreendendo-a não apenas como relato individual, mas como expressão de processos históricos mais amplos, marcados por violência, ruptura e reinvenção social.

A análise evidenciou que a migração, longe de constituir um evento pontual, configura-se como um processo contínuo, atravessado por decisões condicionadas pela instabilidade política, pela insegurança cotidiana e pela desagregação das estruturas sociais.

No caso examinado, o deslocamento emerge como estratégia de sobrevivência diante da guerra, inscrevendo-se em um contexto no qual a permanência no território de origem se torna progressivamente inviável.

Esse movimento revela a dimensão estrutural do deslocamento forçado, frequentemente obscurecida por abordagens que enfatizam escolhas individuais dissociadas de seus condicionantes históricos.

As reflexões sobre identidade e diáspora permitiram compreender que o pertencimento, em contextos migratórios, assume caráter relacional e dinâmico. A identidade diaspórica não se define pela fixidez territorial, mas pela articulação entre memória da terra de origem e adaptação ao novo espaço social.

No caso curdo, essa condição é intensificada pela ausência histórica de um Estado-nação, o que confere à memória e à oralidade um papel central na preservação e transmissão de referências culturais.

A narrativa de vida, analisada como fonte histórica, revelou-se fundamental para acessar os sentidos atribuídos ao deslocamento e às experiências de ruptura. Ao narrar sua trajetória, o migrante reorganiza perdas, silêncios e continuidades, produzindo uma interpretação possível do próprio percurso.

Nesse processo, a memória não se limita à rememoração do passado, mas atua como mecanismo de inscrição social da experiência, possibilitando sua transmissão intergeracional e sua integração às memórias coletivas.

Ao dar centralidade à voz do sujeito migrante, o trabalho contribui para tensionar os silenciamentos históricos que frequentemente marginalizam essas experiências na historiografia tradicional.

A História Oral, nesse sentido, afirma-se como ferramenta crítica para a compreensão das urgências do tempo presente, ao possibilitar o registro de experiências situadas, plurais e atravessadas por relações de poder.

Em um cenário global marcado pela intensificação dos fluxos migratórios e pelo recrudescimento de discursos de exclusão, refletir sobre trajetórias individuais constitui um gesto ético e político. Ao iluminar as tramas de pertencimento, deslocamento e resistência cultural que atravessam a experiência migratória, este estudo reafirma a relevância das memórias migratórias como campo fértil para pensar identidades em trânsito, fronteiras móveis e processos de reconstrução social.

Dessa forma, o trabalho busca contribuir para o fortalecimento da História Oral como prática comprometida com a escuta, o reconhecimento e a preservação das experiências que constituem o tecido histórico do presente.

7. Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e o testemunho*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- AGIER, Michel. *Managing the undesirables: refugee camps and humanitarian government*. Cambridge: Polity Press, 2011.
- ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: Edusc, 2006.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

- ASSMANN, Jan. *Memória cultural: escrita, lembrança e identidade política nas primeiras grandes civilizações*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CONNERTON, Paul. *How societies remember*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- KHALAF, Samir. *Civil and uncivil violence in Lebanon: a history of the internationalization of communal conflict*. New York: Columbia University Press, 2002.
- MAKDISI, Ussama. *The culture of sectarianism: community, history, and violence in nineteenth-century Ottoman Lebanon*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7–28, dez. 1993.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narrativas orais e conhecimento histórico. *Tempo*, Niterói, v. 1, n. 2, p. 59–72, 1996.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25–39, fev. 1997.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- TRABOULSI, Fawwaz. *A history of modern Lebanon*. London: Pluto Press, 2012.
- UNRWA. *Palestine refugees in Lebanon: living conditions survey*. Beirut: United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2010.